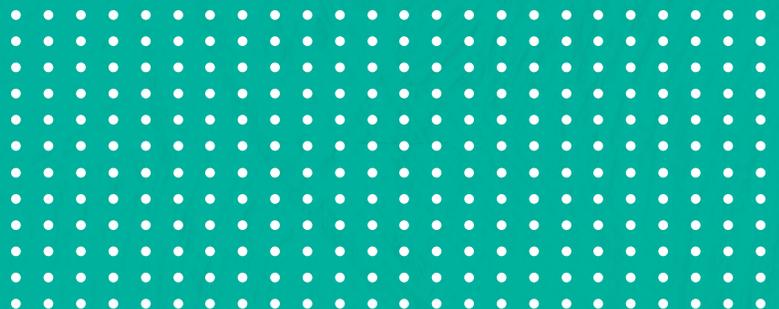




As correntes de pensamento e o mundo moderno

▶ ▶ ▶ **Marcus Pestana**



Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva

As correntes de pensamento e o mundo moderno

Brasília (DF)
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silva, Marcus Vinícius Caetano Pestana da
As correntes de pensamento e o mundo moderno
[livro eletrônico] / Marcus Vinícius Caetano Pestana
da Silva. -- Brasília, DF : Ed. do Autor, 2023.
PDF

ISBN 978-65-00-76775-9

1. Ciências políticas 2. Democracia 3. Política
4. Sociologia I. Título.

23-167275

CDD-320

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências políticas 320

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

capa, design e diagramação
Fabiano Abdanur

organização e revisão
Ludmila Rodrigues



Introdução ao mundo das ideias e seus impactos na prática política.....	5
Conservadorismo: permanências e mudanças	7
Liberalismo: mercado e individualismo.....	10
Comunismo: proletariado e revolução.....	14
Social-democracia: reforma e democracia.....	18
Fascismo: totalitarismo e guerra	21
Eurocomunismo: democracia e novo reformismo	27
Populismo autoritário: mundo digital e ruptura	30
A grande convergência possível e necessária	36





Introdução ao mundo das ideias e seus impactos na prática política

Pretendemos aqui discutir as ideias e teorias que moveram a arena política contemporânea. A desconexão entre a produção teórica e a prática política, e a era das “verdades alternativas” e da torrencial produção de afirmações, verdadeiras ou não, presentes nas redes sociais, têm deixado como legado uma certa indigência intelectual e um sectarismo inédito, interditando o debate.

O próprio papel das ideias na transformação da vida e do mundo é tema controverso. A perspectiva revolucionária sempre acreditou que um conjunto de ideias e valores novos podem dinamitar a velha ordem e construir um mundo novo. Já a ótica conservadora se ancora na convicção de que as tradições, os valores essenciais e os costumes devem nos orientar na prudência necessária para a produção de reformas e mudanças.

A evolução civilizatória humana é determinada por uma série de condições materiais objetivas que limitam ou potencializam as mudanças. O grau de liberdade que temos não é ilimitado. Utopias e sonhos esbarram em limites concretos impostos pela realidade. Mas, não há dúvidas de que as ideias têm uma enorme força transformadora. Elementos objetivos e subjetivos se cruzam. A intensidade de cada um também desperta enormes polêmicas na evolução do pensamento moderno. A luta política é fruto do confronto de ideias divergentes que assumem a característica de projetos de poder em busca de hegemonia na sociedade.



Em uma de suas principais músicas, Cazuza, estrela do rock brasileiro nos anos de 1980, clamava: “Ideologia, eu quero uma pra viver”. O ser humano não é dado a ficar ruminando um cotidiano modorrento e aceitando passivamente injustiças e distorções que saltam aos olhos. A capacidade crítica, o impulso para a inovação, a inquietação existencial, a vocação para a mudança, ponderada ou disruptiva, fazem parte da natureza humana.

No Brasil, houve uma radicalização extrema do debate político. Mas não só aqui. Basta ver os exemplos de EUA, França ou Itália, entre outros países. A questão central é que o atual debate tem a profundidade de um pires. O objetivo não é ouvir, compreender, dialogar, debater, construir consensos. A busca é pelo aniquilamento do inimigo e a mobilização das respectivas bolhas ideológicas. E isso com ralas referências teóricas e históricas sólidas. Basta acionar a metralhadora retórica: “fascistas”, “comunistas”, “conservadores”, “neoliberais”, sem o mínimo de conhecimento sobre essas formulações ideológicas. E com uma pobreza de espírito e intelectual pujante.

Einstein ironicamente advertia: “Duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana. Mas, em relação ao universo, ainda não tenho certeza absoluta”. Fora o exagero, é óbvio que um debate produtivo tem que ser respeitoso, reconhecendo a legitimidade dos adversários, com abertura de corações e mentes, fundamentado, inteligente. No nosso país, às vezes, as coisas se agravam por conta daquilo que humorista e escritor brasileiro Millôr Fernandes identificou: “Quando uma ideologia fica bem velhinha, vem morar no Brasil”. Fascismo e comunismo são duas ideologias já superadas pela história, datadas, mas continuam aí como fonte de inspiração para muitos.

Com o espírito aberto de Keynes - “quando os fatos mudam, eu mudo minha opinião” - falaremos um pouco sobre as ideias que deram frutos na ação política no mundo moderno e seu contexto histórico: conservadorismo, liberalismo, comunismo, fascismo, social-democracia, socialismo democrático e populismo autoritário.



Conservadorismo: permanências e mudanças

Começemos pelo pensamento conservador. Por que? Atualmente, muitos brasileiros, por razões diversas, se autodefinem como conservadores.

A emergência do conservadorismo é filha, no campo político, de três grandes revoluções: da Revolução Gloriosa, na Inglaterra, no final do século XVII; da Revolução Americana, nos EUA, a partir de 1776; e, da Revolução Francesa, iniciada em 1789, e do ponto de vista econômico, da Revolução Industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII, com a emergência do capitalismo industrial. No ângulo das religiões, da Reforma Protestante e da Contrarreforma católica. No campo cultural, do Iluminismo, idade da razão, e do deslocamento do teocentrismo para colocar o ser humano no centro da história humana. Em resumo, uma longa transição da sociedade feudal, da monarquia absoluta, do mundo agrário e rural, da condenação da usura, da simbiose entre Estado e Igreja, para o nascimento do capitalismo, da democracia moderna, do universo urbano-industrial, das novas tecnologias produtivas e das novas relações de produção, do Estado laico, da legitimação do individualismo e do lucro como motores do desenvolvimento.

Inicialmente, a transição resultou na polarização entre conservadorismo e liberalismo, até que ambos convergiram, mantidas as diferenças de concepção, no combate ao nascente movimento socialista.



O conservador defende as coisas permanentes, o contrato primitivo da sociedade eterna, o pacto entre Deus e as gerações do passado, do presente e do futuro. Advoga a conservação de princípios fundamentais e a promoção de reformas prudentes. Não se confunde com o tradicionalismo reacionário e antiliberal.

Enxergam os reacionários como os que querem sacrificar o futuro em nome da restauração de uma visão idílica do passado. Mas condenam o ímpeto revolucionário dos progressistas, que querem romper radicalmente com o passado e o presente, em nome da criação utópica de um outro mundo possível. Endossam princípios democráticos, o governo constitucional, os freios e contrapesos, as eleições, mas não a ideia de um contrato social que privilegie a liberdade em prejuízo da ordem e das responsabilidades, segundo eles, para qualificar o individualismo liberal. Os conservadores se identificam melhor como os processos de transição para o capitalismo na Inglaterra e nos EUA, onde os traços de permanência preservam algumas tradições e costumes, e guardam enormes reservas em relação à Revolução Francesa, seu jacobinismo e tendência à centralização do poder. O processo de transformação do Estado e da sociedade no Reino Unido preservou a monarquia até hoje, em sua forma parlamentarista constitucional. A ênfase nas diversas equações entre os conceitos de liberdade, igualdade, tradição, ordem, responsabilidade vai dividir conservadores e liberais por dois séculos.

Numa versão ampliada de um pensador conservador contemporâneo inglês (Roger Scruton), poderíamos afirmar que o conservadorismo moderno começa com a defesa da tradição contra as reivindicações de soberania popular e se tornou um apelo em nome da religião, da família, dos costumes, do “Common Law”, da alta cultura contra a doutrina materialista do progresso. Permanecem na convicção de que as coisas boas são mais facilmente destruídas que criadas e na determinação de conservá-las, em face de mudanças politicamente arquitetadas. Os conservadores creem que existe uma ordem moral duradoura, aderem aos costumes, à convenção e à continuidade, e valorizam



o princípio do preestabelecimento. Vários governos e partidos políticos, no mundo moderno, inclusive no Brasil, se orientaram por princípios conservadores, combinados com algumas diretrizes liberais. Mas é impossível associar em uma única categoria de análise experiências concretas como a trajetória do Partido Conservador do Reino Unido, de Churchill a Thatcher, da União Democrata-Cristã alemã, Angela Merkel à frente, do fundamentalismo religioso, e de suas versões autoritárias atuais. O conservadorismo ressurgiu, em versão bastarda e herética, no populismo autoritário do Século XXI.

Para quem quiser ser introduzido no pensamento conservador recomendamos a leitura de dois livros do pensador inglês Roger Scruton, **“Conservadorismo, um convite à grande tradição”** e **“Como ser um conservador”**, e do intelectual norte-americano, Russel Kirk, **“Edmund Burke, redescoberto um gênio”**.



Liberalismo: mercado e individualismo

O liberalismo surge como o conjunto de ideias e teorias que animou a transformação política e econômica que deu lugar ao sistema capitalista e à democracia moderna, a partir da ruptura com o Antigo Regime, a monarquia absoluta de origem divina, os traços feudais remanescentes e o mercantilismo.

A tradição do pensamento liberal, em suas vertentes individualista ou contratualista, está presente nas obras de Locke, Hobbes, Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Adam Smith, Tocqueville, John Stuart Mill, Von Mises, Hayek, Karl Popper e Milton Friedman, entre outros.

Esta trajetória nasceu entrelaçada com as quatro grandes revoluções dos séculos XVII e XVIII: Revolução Gloriosa, Revolução Americana, Revolução Industrial e Revolução Francesa. O pensamento conservador foi mais uma reação ao que julgavam os excessos do liberalismo na ruptura com o passado, os costumes, as tradições e as instituições. Os conservadores, grosso modo, se identificavam mais com os processos de transformação na Inglaterra e nos EUA, que asseguraram, segundo eles, traços de continuidade, do que com os traços disruptivos da Revolução Francesa, seu jacobinismo e sua tendência à centralização do poder. No pensamento liberal, individualistas e contratualistas desembocam por vias diferentes no liberalismo e na defesa da economia de mercado e do Estado de Direito.



Para os contratualistas, na linha de Hobbes, Locke e Rousseau, antes do contrato social, todos os seres humanos eram livres e iguais e, após a pactuação social, os indivíduos abrem mão de uma parcela da liberdade individual para a construção de uma sociedade que lhes garanta as liberdades individuais mínimas, o direito à propriedade e à proteção do Estado de Direito, que se legitima pelo contrato social e assegura a vigência das regras do jogo democrático. A sociedade capitalista nascente e o Estado de Direito seriam fruto, portanto, do contrato social construído politicamente pelos indivíduos e pelos diversos segmentos sociais, através de novas instituições. E não derivado da simples extensão da busca individualista pelo lucro e pela sobrevivência.

Já o individualismo, filho direto do Iluminismo, tem um arcabouço conceitual baseado na combinação do individualismo, do liberalismo e da filosofia da história, mais vinculado ao pensamento anglo-saxão, com raízes fincadas em David Hume, e sua visão embasada na moral natural e os impulsos do ser humano movidos pelo egoísmo visando a sobrevivência vis-à-vis o altruísmo. E na obra de Adam Smith, embora muitos analistas enxerguem que a leitura de Riquezas das Nações, sua obra clássica, tenha que ser feita à luz de sua Teoria dos Sentimentos Morais. A síntese estaria na percepção de que a economia se move impulsionada pelos interesses individuais privados em busca do lucro e da sobrevivência. Daí surge sua metáfora mais famosa, a “mão invisível”, que ele mesmo define sobre as ações individuais: “Ao buscar seu próprio interesse, frequentemente ele (o indivíduo) promove o da sociedade de maneira mais eficiente do que quando realmente tenha intenção de promovê-lo”. Isto se traduziria na clássica expressão “laissez faire, laissez passer” de origem fisiocrata, deixando o mercado e a sociedade livremente conduzirem a realidade, longe da intervenção do Estado, mas sem reduzir a convicção à fórmula popularizada por Mandeville, “vícios privados, benefícios públicos”, sendo, neste caso, toda a paixão identificada como vício e toda virtude à renúncia pessoal. Visão contestada por Adam Ferguson, onde o self-love é tido como muito mais abrangente que o simples egoísmo. As tensões entre individualismo e liberalismo, e sua própria ligação



seminal como o Iluminismo, vão alimentar as polêmicas envolvendo diversos filósofos, economistas e pensadores.

Independente das divergências no campo da filosofia moral, o pensamento liberal como motor ideológico das ações políticas parte do direito natural que o ser humano teria à vida, à liberdade e à propriedade. A livre iniciativa de cada indivíduo levaria ao desenvolvimento da sociedade como um todo. A maior tradução desse princípio seria a “mão invisível” de Adam Smith. Para isso, o Estado deveria ser mínimo, cuidando apenas das tarefas impossíveis de serem entregues à sociedade e ao mercado, como a defesa nacional, a garantia do cumprimento da Constituição e das Leis, a defesa da estabilidade da moeda e a promoção da livre concorrência.

Os governos deveriam ter poderes extremamente limitados para não interferir na liberdade política e econômica dos indivíduos. O liberalismo clássico foi reciclado, no Século XX, pelas mãos de Hayek e Von Mises, expoentes da Escola Austríaca, e, mais tarde, por Milton Friedman, líder da Escola de Chicago. A política monetária deveria agir consoante às necessidades do livre jogo de mercado, a política fiscal deveria ser austera, restritiva e prudente, a carga tributária a menor possível e o mais uniforme em sua incidência, o protecionismo extinto com suas barreiras e tarifas, o câmbio flutuante, e toda sorte de intervencionismos estatais evitado (salário mínimo, subsídios setoriais, seguro social obrigatório, barreiras alfandegárias, licenciamento profissional, estatização de atividades). A regulação pública deveria ser discreta nos setores de monopólio natural (energia, telecomunicações, ferrovias, saneamento). Ou seja, mais sociedade de cidadãos livres, mais mercado, menos Estado - o Estado Mínimo. E o poder descentralizado e desconcentrado. Mesmo as políticas sociais de educação, saúde e previdência deveriam buscar idealmente soluções voluntárias de mercado com subsídios às famílias pobres. E até mesmo um Programa de Renda Mínima, como o imposto de renda negativo, colocar dinheiro diretamente na mão dos cidadãos livres pobres e não da burocracia estatal.



O neoliberalismo se apresentou de carne e osso, já na década de 1980, após a crise fiscal do welfare state e da social-democracia, nos governos liderados por Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos EUA, guiados pelas ideias de redução do Estado, privatização de empresas estatais, liberalização da economia internacional com livre fluxo de mercadorias e capitais e o fim do protecionismo, e a redução de tributos. Há flagrante contradição na concepção liberal: capitais e mercadorias deveriam ter livre circulação sem nenhum obstáculo imposto, mas a força de trabalho, não. O impacto vigoroso da grande imigração de países pobres da África, Oriente Médio e Ásia para a Europa, se tornou um dos maiores dilemas no mundo contemporâneo ocidental e base para o renascimento de nacionalismos xenófobos e sendo pedra angular para explicar a força da extrema-direita europeia e mundial e sua expressão global no Século XXI, o populismo autoritário, resgatando traços presentes no nazifascismo.

Para quem quiser se iniciar no pensamento liberal recomendamos a leitura de **“Teoria dos Sentimentos Morais”** e **“Riqueza das Nações”** de Adam Smith, **“Do Contrato Social”** de Jean-Jacques Rousseau, **“Ideia de uma História Universal de um ponto de vista Cosmopolita”** de Immanuel Kant, **“A democracia na América”** de Alexis de Tocqueville, do recente livro de Mario Vargas Llosa, **“O Chamado da Tribo”**, e de Friedrich August Von Hayek, **“O Caminho da Servidão”** e de Milton Friedman, **“Capitalismo e Liberdade”**.



Comunismo: proletariado e revolução

“Um espectro ronda a Europa - o espectro do comunismo”. Assim, Marx e Engels abrem “O Manifesto Comunista”, de 1948. E concluem em conclamação triunfante: “Proletários de todos os países, unidos”. O texto programático foi o documento fundador da Liga dos Comunistas.

Na entrada do século XIX as mazelas e injustiças produzidas pelo novo sistema capitalista industrial geraram o movimento socialista, como expressão política inicial da nascente classe operária.

A década de 1830 foi marcada por diversas insurreições dos trabalhadores na França. Na Inglaterra, em 1831, foi fundado o Partido Cartista, o primeiro partido operário. Em 1871, eclodiu a Comuna de Paris. O movimento sindical se fortalecia na Europa Ocidental.

Tudo isto foi uma reação às péssimas condições de trabalho e vida dos trabalhadores à época. Jornadas de trabalho de 16 horas com apenas meia hora de intervalo. Trabalho infantil e feminino em condições desumanas. O numeroso contingente de trabalhadores deslocados do campo para cidade, no novo cenário urbano-industrial, submetidos a condições terríveis de moradia e saneamento. A criminalidade e a prostituição crescendo. A concorrência selvagem entre empresas e países provocando desigualdades e guerras. O exército de reserva adensando com o



desemprego provocado pela evolução do maquinismo e da energia a vapor. Tudo isto jogou lenha na fogueira da luta de classes e assustou a nova classe hegemônica, a burguesia, que ainda lutava para extinguir os resquícios feudais e a da monarquia absoluta.

Inicialmente, as lutas tinham caráter sindical e reformista. No campo das ideias surgiu o chamado “socialismo utópico” de Sant Simon, Fourier, Robert Owen, Proudhon, e mais à frente, já no ambiente do movimento socialista internacional, o reformismo de Eduard Bernstein, e depois, de Kautsky. Algumas conquistas foram alcançadas. Mas com suas diferenças, nas ideias e no tempo, não colocavam uma perspectiva revolucionária de tomada do poder. Tratava-se de humanizar o capitalismo e valorizar a democracia.

Marx, Engels e Lenine rompem com essa tradição. Os fundadores do marxismo partem do princípio de que toda a história da humanidade é a história das lutas de classe. E elas são fruto das relações econômicas expressas no modo de produção e nas relações sociais de produção, que determinam, em última instância, as instituições políticas, jurídicas, filosóficas, religiosas e culturais. Fundam o que chamam de socialismo científico, a partir do materialismo histórico e dialético. Uma visão totalizante - visão integrada das ideias filosóficas, morais, intelectuais, naturais, históricas e a economia política - e, teleológica - um destino final a conquistar. Nisto, também se diferenciam do pensamento conservador, democrático, republicano e liberal que não se colocava um projeto acabado previamente concebido a ser construído a partir de suas ideias fundamentais. Tratava-se de deixar a história fluir livremente e avançar.

Os trabalhadores, para o marxismo-leninismo, seriam explorados pelos capitalistas, que extraem o excedente produzido por eles, a mais-valia, para além do custo de produção. O capitalismo em suas etapas avançadas implicaria na anarquia da produção, produzindo crises cíclicas de superprodução e subconsumo, desajuste crônico e cíclico entre oferta e demanda efetiva.



Só a revolução proletária com a tomada de poder pelos trabalhadores, a ditadura do proletariado, a preparação da extinção do Estado e das classes, a abolição da propriedade privada, harmonizariam o modo de produção e o caráter social da produção, das trocas e promoveria a justa distribuição do excedente e o fim da anarquia da produção, substituindo as leis de mercado pela planificação centralizada. Assim se prepararia o advento da sociedade comunista, sem Estado e sem classes.

Marx e Engels acreditavam que a Revolução eclodiria nos países de capitalismo avançado e maduro. Mas a Revolução de 1917 se deu na URSS, sociedade predominantemente agrária, de capitalismo incipiente e inexistente experiência democrática. Depois, 1949, na China, país ainda mais retardatário na construção do capitalismo. Os comunistas russos chegaram ao poder com o lema “paz, pão e liberdade, aproveitando-se das brechas abertas pela Primeira Grande Guerra, da fome generalizada e do autoritarismo czarista. O que se seguiu não correspondeu à utopia comunista. Lenin morre cedo. A revolução na URSS resultou no período stalinista, na Guerra Fria, no agigantamento do aparato estatal (Estado Máximo), no nascimento de uma nova elite ligada ao aparelho governamental e ao partido único. A dissolução da URSS e a queda do Muro de Berlim marcaram a ascensão e a queda, em cerca de um século e meio, da experiência de poder criada a partir do pensamento marxista-leninista. Na China, sobrevive um arranjo híbrido entre o marxismo-leninismo-maoísmo de partido único, com uma economia de mercado, consequência das reformas liberalizantes de Deng Xiaoping e o autoritarismo político radical. Resta ainda a exótica experiência da Coreia do Norte, com seus traços militaristas e agressivos, pobreza epidêmica, fechamento absoluto de fronteiras; a decadente experiência do socialismo bolivariano na Venezuela; o ocaso terminal de Cuba; o Vietnã se inspirando na trajetória chinesa e a ditadura de Ortega na Nicarágua.

Neste sentido, as experiências políticas que nasceram a partir da matriz de pensamento do marxismo-leninista são datadas e não exercem mais influência mais no mundo contemporâneo. O



protagonismo global da China, apontando uma nova bipolarização mundial com os EUA, não deve obscurecer a afirmação feita. Ao contrário da extinta 3ª Internacional Comunista, Stalin à frente, a China quer exportar mercadorias e investimentos, e não revoluções e ideologia. O pragmatismo é o norte da ação do governo e do Partido Comunista chineses.

Para quem quiser conhecer as bases desta corrente de pensamento sugerimos a leitura do **“Manifesto Comunista”**, de Marx e Engels, do texto de Engels, **“Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”**, **“O 18 de brumário de Luís Bonaparte”**, de Karl Marx, **“A Guerra Civil na França”** de Karl Marx, **“Imperialismo, fase superior do capitalismo”** e **“O Estado e a Revolução”** de V.I. Lenin.



Social-democracia: reforma e democracia

A social-democracia nasce da cisão no interior do movimento socialista internacional, organizado na Segunda Internacional, fundada em 1890, notadamente na Alemanha.

Alguns fatos marcantes foram determinantes. A conquista do direito do voto universal e secreto e de leis de limitação da jornada de trabalho e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, em alguns países avançados. A eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial e a Revolução Russa, em 1917, foram divisores de água.

Uma série de líderes da Segunda Internacional começaram a perceber a inviabilidade da revolução nos países avançados e valorizar as mutações do capitalismo e os avanços da democracia parlamentar.

O marco teórico mais relevante foi a publicação por Eduard Bernstein, parlamentar alemão e líder do SPD (Partido Social-Democrata alemão), de seus textos, em 1899. Adotava uma visão revisionista, crítica em relação ao marxismo, reformista e de valorização da luta democrática e parlamentar. A visão começou a ganhar inúmeros adeptos nos partidos social-democratas europeus.

A Primeira Grande Guerra foi o marco da ruptura. Os líderes russos romperam com os social-democratas e fundaram a Terceira Internacional, sob o comando do Partido Bolchevique da URSS.



A partir daí, os social-democratas se concentraram em criar partidos de massa, com força eleitoral, acumular experiência de governo, lutar pela evolução da legislação promotora de direitos dos trabalhadores, defender as reformas e a intervenção do Estado para avançar e humanizar o capitalismo, sem rompimento com a economia de mercado e a democracia.

A crise mundial de 1929 dinamitou os cânones do pensamento clássico liberal. Surge o pensamento do maior economista do século XX, o inglês John Maynard Keynes, que ofereceu a fundamentação teórica para a intervenção estatal na economia, em determinadas circunstâncias, para garantir o pleno emprego. Isto foi apropriado pelos governos e partidos sociais-democratas. A guerra fria resultante da configuração mundial no pós Segunda Grande Guerra - um cenário geopolítico bipolar contrapondo os dois blocos liderados por EUA e URSS - era o pano de fundo.

Após a Segunda Grande Guerra, a social-democracia se tornou hegemônica, dando origem ao “Welfare State”. Surgiriam lideranças marcantes, na Europa e nas Américas, nas décadas posteriores: François Mitterrand, na França; Helmut Schmidt, na Alemanha; Olof Palme, na Suécia; Mário Soares, em Portugal; Felipe González, na Espanha; Bill Clinton e Barack Obama, nos EUA; Tony Blair, no Reino Unido; Fernando Henrique Cardoso, no Brasil; Ricardo Lagos, no Chile, entre outros. Paralelamente, o Partido Comunista Italiano desencadeia seu processo de “aggiornamento”, fazendo a revisão do marxismo e adotando a democracia como valor universal e permanente, sem caráter de classe: nem burguesa, nem operária, preparando a futura convergência com a social-democracia. Neste movimento teve papel importante o diálogo público dos comunistas italianos com o filósofo e senador italiano vitalício, Norberto Bobbio, que se autodefinia como social-liberal. Cada um dos líderes social-democratas, conviveu com seu momento e suas circunstâncias, mas os unia a convicção social-democrata de que o mercado é o melhor organizador dos fatores econômicos, mas produz crises e desigualdades, e que o Estado deve atuar. E que a democracia é o único caminho para a construção de uma sociedade melhor.

A crise fiscal na década de 1970, a reação neoliberal liderada por



Thatcher e Regan nos 80, o fim da URSS, a queda do Muro de Berlim, o avanço da globalização e da revolução tecnológica, mudaram o cenário. Os novos líderes da social-democracia enfrentam o desafio de reinventar conceitos e estratégias diante do novo mundo.

Mostra-se fundamental o diálogo permanente para construir um horizonte que combine, nas condições históricas concretas do século XXI, desenvolvimento sustentável, reformas sociais, equilíbrio macroeconômico, crescimento e democracia - o valor universal e permanente indispensável.

Para quem quiser iniciar-se na história da social-democracia e seu conteúdo recomendo a leitura dos textos **“Socialismo Evolucionário”** de Eduard Bernstein, **“O que é uma Revolução Social”** de Karl Kautsky, **“O Fim do Laissez-faire”** de J. M. Keynes, **“A Era dos Direitos”** e **“Direita e Esquerda”** de Norberto Bobbio, **“A proposta Social-Democrata”** organizado por Hélio Jaguaribe, **“A Terceira Via”** de Anthony Giddens e **“A Soma e o Resto”** de Fernando Henrique Cardoso.



Fascismo: totalitarismo e guerra

Entre as correntes de pensamento que animaram as lutas políticas nos últimos séculos, vamos agora tratar de um dos fenômenos históricos mais complexos e intrigantes da civilização moderna: o nazifascismo.

Um terremoto de grandes proporções se abateu sobre a Europa nas décadas de 1920, 1930 e início dos 40. Não é possível atribuir eventos tão trágicos que resultaram na Segunda Grande Guerra, no Holocausto e na crise econômica e social vivida no período, apenas à psicologia individual e aos atributos pessoais de Mussolini e Hitler. O líder, seja o “Duce” ou o “Führer”, só pode ser compreendido dentro do contexto histórico que se configurou após a Primeira Grande Guerra e a crise monumental que se abateu sobre a Europa, a Alemanha e a Itália, agravada pela Grande Depressão de 1929. É intrigante entender como dois líderes desequilibrados, sem empatia pelo ser humano, carismáticos, narcisistas, ególatras, violentos, conseguiram chegar ao poder pela via da democracia parlamentar e consolidar a mais terrível experiência totalitária em toda a história moderna - esqueçamos aqui o stalinismo já objeto de análise anterior - com impacto em todo os cantos da Terra, na mais chocante guerra vivenciada pela Humanidade. O líder, ainda mais ditadores facínoras como Mussolini e Hitler, tem, sem dúvida, um papel crucial nos acontecimentos. Mas não chegariam e se manteriam no poder a não ser em determinadas condições



históricas e obtendo consensos mínimos e apoio social em seus países.

É preciso cuidado para não generalizar o uso de fascismo para caracterizar toda e qualquer experiência autoritária de poder. No Brasil de nossos dias é comum vermos nas redes sociais, no parlamento e nas ruas, pessoas trocando gentilezas, xingando-se de “fascistas” e “comunistas”, sem nenhum rigor com o uso dos termos. Houve o “fascismo japonês”, tema de controvérsias, sendo mais um ultranacionalismo militarista com características diferenciadas. O Generalíssimo Franco, que governou a Espanha de 1936 a 1975, tinha indisfarçável admiração por Mussolini e recebeu apoio de Alemanha e Itália, com bombardeios e tropas, na Guerra Civil Espanhola, o que o consolidou no poder e é considerada o laboratório experimental para a Segunda Grande Guerra. No entanto, assim como Portugal e Salazar, Franco manteve posição de neutralidade na guerra, diante das pressões nazistas, francesas e inglesas. Salazar, em Portugal, compartilhava a admiração por Mussolini e suas ideias, mas não por Hitler, de quem divergia por elementos anticatólicos no pensamento do líder nazista e pela perseguição aos judeus, que resultou no dramático Holocausto. Os integralistas de Plínio Salgado no Brasil dos anos 1930 e 1940 rezavam pela cartilha fascista. Outras experiências na Europa foram abortadas pelo sucesso da luta democrática. Algumas experiências citadas tinham traços comuns inegáveis de inspiração fascista, entre outros, o uso da linguagem simbólica de uma ordem nacional e social autoritária traduzida nos uniformes de seus militantes - camisas pretas para os fascistas italianos, caquis para os nazistas alemães e verdes para os integralistas brasileiros - e seus símbolos - a suástica nazista, o fascio italiano (um feixe de varas de bétula com um machado no meio) e a sigma para os fascistas brasileiros.

Outras sementes foram plantadas pela ideologia nazifascista mundo afora e sobrevivem até hoje a ameaçar a democracia. Mas a concepção nazifascista tem peculiaridades e características próprias e não deve ser confundida com o simples autoritarismo ditatorial. Neste sentido, é um equívoco usar o termo fascismo



para caracterizar, por exemplo, as ditaduras na América Latina ou na África, o totalitarismo fundamentalista no Oriente Médio e a onda recente de populismo autoritário de direita e de esquerda que envolve lideranças como Trump, Erdogan, Orbán, Putin, Chavez, Maduro, Ortega, Berlusconi, Salvini, Le Pen, Bolsonaro, e a atual primeira ministra italiana, Giorgia Meloni. Há elementos semelhantes ao fascismo e ao nazismo, mas nada comparável precisamente à experiência de Hitler e Mussolini no poder, embora muitos destes líderes admirem no íntimo o Duce e o Führer, e haja uma tentativa de revisionismo histórico, levado à frente por historiadores conservadores identificados com a extrema-direita.

O nazifascismo só pode ser entendido como consequência da crise econômica e social derivada do Tratado de Versalhes, que fixou as indenizações e sanções para os perdedores da Primeira Grande Guerra, e que resultou em recessão, desemprego, hiperinflação, particularmente, na Alemanha e na Itália, e desencadeou uma grave insatisfação popular e a desmoralização da democracia parlamentar. O maior economista do século XX e assessor do governo inglês na negociação, J. M. Keynes, alertou premonitivamente em seu clássico “As Consequências Econômicas da Paz”, que a Europa não se recuperaria com as condições humilhantes impostas aos derrotados e que uma grave crise se instalaria. A Itália, embora fizesse parte da coalização vitoriosa, foi escanteada e não contemplada na divisão do espólio da guerra e isso teve uma repercussão fundamental no posicionamento de Mussolini. Keynes divergiu das posições dos países europeus vitoriosos e dos EUA, o que levou a seu afastamento de cargos públicos por muitos anos. Se não bastasse, o crack da Bolsa de Nova York desencadeou, como tempero adicional, a Grande Depressão de 1929. E não esqueçamos da Revolução Soviética de 1917, erguendo o grande inimigo comum: a ameaça do internacionalismo comunista da 3ª Internacional. Esse ambiente foi decisivo para que Mussolini e Hitler conseguissem apoio social e político em seus países e a base para suas aventuras totalitárias e para o desencadeamento de um novo conflito em escala global.



É importante ressaltar que Mussolini e Hitler chegaram ao posto de primeiro-ministro em seus países não através de golpes, mas dentro das regras da democracia parlamentar, com a complacência de elites conservadoras que acreditavam que iriam conseguir manipular os dois futuros ditadores. É verdade que Hitler tentou um golpe em 1923, que resultou em sua prisão, onde escreveu seu livro “Minha Luta”. Diante da crise instalada na Itália e da Marcha sobre Roma, em 1922, o Rei Vittorio Emanuele convidou o então deputado Benito Mussolini a assumir o poder e formar um novo gabinete, após várias tentativas frustradas de estabilizar a política italiana com primeiros-ministros conservadores e liberais. De sua parte, após o fracasso da República de Weimar - coalizão de católicos, liberais e social-democratas alemães - em debelar a crise econômica e social, o presidente da Alemanha, Paul von Hindenburg, nomeou, em 1933, o líder nazista Adolf Hitler para o cargo de Chanceler Alemão. Ou seja, a democracia gerou o “Ovo da Serpente” - grande filme do diretor sueco Ingmar Bergman - abrindo as portas do poder que depois se converteria na trágica experiência do nazifascismo.

Mussolini e Hitler tinham identidades e diferenças. Hitler admirava o êxito de Mussolini e suas ideias, que chegou ao poder dez anos antes. Depois, assumiu o protagonismo, dada a superioridade econômica e militar da Alemanha. Ambos tinham mentes doentias, narcísicas, violentas, autoritárias e desconfiadas. Eram líderes carismáticos e excelentes oradores fazendo uso da demagogia e da insatisfação popular para encantar as massas. Mussolini era mais culto, lia vorazmente, falava três línguas além do italiano e chegou a ser editor do jornal “Avanti!” do Partido Socialista Italiano, antes de se converter ao fascismo. Hitler era mais limitado intelectualmente, segundo seus contemporâneos. Ambos eram homens de ação, pragmáticos, focados no poder, e não teóricos. Mussolini desconfiava de Hitler e recebia o mesmo sentimento em troca. Mussolini tinha vida pessoal ativa, esposa, amantes, prazeres e cinco filhos legítimos. Hitler não tinha vida pessoal ativa, era recluso, seu mundo era o exercício do poder. Mussolini trabalhava mais e gostava de se envolver na gestão das questões de governo.



Hitler era mais isolado e delegava o dia a dia da administração para seu círculo próximo. A relação era de aliança política e militar, mas também de competição pessoal. Mussolini custou a declarar guerra ao lado da Alemanha. Hitler se irritou com a demora do italiano e com sua desastrada tentativa unilateral e sem aviso prévio de invasão da Grécia. A vertente do nacionalismo racista era mais pronunciada na obsessão de Hitler pela superioridade ariana e o projeto de depuração racial da Alemanha e de seu entorno. A competição entre os dois está registrada de forma genial por Charles Chaplin, em sua obra-prima “O Grande Ditador”, na cena da barbearia, onde cada um dos dois ditadores tenta colocar a sua cadeira mais alta que a do aliado.

Aqui já podemos retomar a pergunta essencial: afinal, o que é o fascismo? Quais são seus traços essenciais, mesmo considerando as diferenças entre a experiência alemã e a italiana?

O fascismo e o nazismo foram regimes totalitários, belicistas, ditaduras terroristas, movidos por radical nacionalismo chauvinista. Diante da profunda crise econômica e social na Europa e da insatisfação social derivada, apresentavam-se em nome da ordem para acabar com a luta de classes e unir todos em torno da Nação, materializada no Estado, no partido e em seu líder maior. Exterminaram a democracia liberal e parlamentar e cultivaram o fantasma da ameaça comunista a partir da URSS. O antissemitismo gerou a página mais trágica da Segunda Guerra, o Holocausto. O nazifascismo tinha base social de massas. Ideologicamente, o projeto nazista era mais acabado e fechado em torno do expansionismo militar para impor a superioridade da raça ariana, construindo um império de vasta dimensão territorial. Mussolini era mais volátil na construção das ideias do fascismo italiano e, como caracterizou Togliatti, parecia um camaleão, que se inspirava em fontes ecléticas e confusas e se adaptava às circunstâncias concretas em busca de legitimação, consentimento e consenso social. O nazifascismo era sexista, atribuindo papel inferior às mulheres. Construíram um regime corporativo e subordinaram os sindicatos ao Estado e ao Partido, símbolo disto é a “Carta del



Lavoro”, que serviu de inspiração para a CLT brasileira. Propunham a planificação centralizada para enfrentar a anarquia da produção capitalista. Consolidaram, como ferramentas imprescindíveis para o sucesso de seu projeto, governos e partidos fortes, disciplinados, centralizados, com baixa democracia interna. Ergueram, para a chegada ao poder, forças armadas próprias e paralelas, milícias que ameaçavam e intimidavam com violência lideranças políticas, sociais, sindicais e intelectuais. Visando a consolidação da hegemonia política após a chegada ao poder e a virada para o totalitarismo ditatorial, empreenderam enormes esforços, através de diversas organizações sociais e instituições, para enraizar a política e a ideologia nazifascistas, cooptando e dominando parcelas das Forças Armadas, das organizações policiais, da intelectualidade, dos sindicatos, do meio artístico e cultural, da juventude, do segmento de lazer e esportes e no meio rural e da assistência social.

Para quem quiser adentrar no estudo do fascismo, particularmente as experiências alemã e italiana, recomendamos a leitura dos livros: **“Lições sobre o fascismo”**, de Palmiro Togliatti; **“As consequências econômicas da paz”**; de J. M. Keynes; **“Escuta, Zé Ninguém”**, de Wilhelm Reich; **“Fascismo, um alerta”**, de Madeleine Albright; a biografia **“Hitler”**, de Ian Kershaw; **“Mussolini, a biografia definitiva”**, de R. J. B. Bosworth; e, **“Fascismo à brasileira”**, de Pedro Dória.



Eurocomunismo: democracia e novo reformismo

Como já discutido anteriormente, a revolução industrial, o nascimento do capitalismo, a urbanização da sociedade e a democracia liberal produziram a mudança mais radical já ocorrida na história da civilização até então, deixando os vestígios do feudalismo e da monarquia absoluta para trás e impulsionando um inédito avanço das forças produtivas e no processo de inovação tecnológica. Mas as condições de trabalho e vida de amplas camadas da população submetidas à miséria e à exploração desencadearam o movimento sindical e socialista no século XIX. Surge o pensamento de Marx e Engels que pretendia oferecer um amplo diagnóstico crítico sobre o funcionamento da sociedade capitalista e erguer uma teoria com vistas a orientar a luta dos trabalhadores rumo ao socialismo.

Ao contrário do que imaginaram Marx e Engels, a revolução proletária não ocorreu nos países de industrialização avançada e capitalismo maduro, mas na Rússia, atrasada, rural e de capitalismo incipiente, através do “assalto ao poder” empreendido pelos bolcheviques, aproveitando as circunstâncias concretas da Primeira Grande Guerra e da revolta popular contra a fome e o autoritarismo czarista.

Lenin morreu cedo e assumiu o poder uma das figuras mais controversas do mundo moderno: Josef Stalin. Muito distante de uma idílica e humanista construção social, a URSS passou a ser palco de uma grande tragédia, a tragédia stalinista.



Durante todo esse período vários acontecimentos tiveram impacto sobre o movimento comunista internacional: o vazamento, em 1956, do relatório secreto de Nikita Krushev, sucessor de Stalin após sua morte, denunciando as atrocidades da ditadura stalinista; a crise dos mísseis de Cuba, ponto extremo da Guerra Fria, em 1962; a invasão da Tchecoslováquia e a liquidação pelos soviéticos da Primavera de Praga, em 1968; a relação ambígua e complexa entre a União Soviética e a China, liderada por outro luminar do comunismo, Mao Tsé-tung; a Guerra do Vietnã, a internacionalização da economia, as mudanças no mundo do trabalho, a ascensão de Gorbachev, com a Perestroika e a Glasnost; a queda do Muro de Berlim; a dissolução da URSS e o colapso do comunismo.

Ao longo de toda esta trajetória do movimento comunista internacional, liderado com mão de ferro pelos soviéticos de 1919 até sua dissolução, se desenvolveu paralelamente uma experiência original, diferenciada, heterodoxa e criativa a partir da evolução histórica do Partido Comunista Italiano, o PCI.

O eixo teórico e ideológico dos italianos, caminho tortuoso, repleto de contradições, se dá a partir da elaboração progressiva de seus líderes Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti, Enrico Berlinguer e de um fértil conjunto de intelectuais, em busca do caminho italiano, e mais que isso, europeu, para o socialismo.

O PCI passou a defender a democracia política como um valor universal e permanente, sem natureza de classe, a “revolução passiva”, um caminho de desenvolvimento progressivo através de contínuas reformas econômicas e sociais, a disputa da hegemonia através da “guerra de posições” em todos os terrenos da vida social, o diálogo permanente com as outras forças políticas e sociais democráticas. Como já assinalamos, o diálogo público e teórico, a partir de 1950, com o pensador social-liberal Norberto Bobbio, foi um marco importante que merece registro nesta evolução ideológica.

Diante da criação da Comunidade Europeia, embrião da União Europeia e do Euro, o PCI avançou em sua busca de um caminho



européu, e não só italiano, para o socialismo, apontando para a ampliação de sua construção partidária, primeiro com a criação do Partito Democrático della Sinistra (PDS), depois para a Democratici di Sinistra (DS) e, em sequência, fundindo-se com o Margarida, agrupamento de católicos progressistas, dando origem ao atual Partido Democrático (PD).

Os líderes e intelectuais do eurocomunismo não renegam o marxismo em seus conceitos fundamentais e método de análise, embora tenham jogado ao mar a herança nada edificante do leninismo, do stalinismo e do maoísmo.

Para quem quiser ser introduzido no estudo do eurocomunismo recomento a leitura dos livros **“Por um novo reformismo”** de Giuseppe Vacca, **“Do Stalinismo à Democracia”** de Marco Mondaini, **“A modernização sem o moderno”** de Luiz Werneck Vianna, **“Reformismo de Esquerda e Democracia Política”** de Luiz Sérgio Henriques, **“Itinerários para uma Esquerda Democrática”** de Alberto Aggio e **“Gramsci no seu tempo”** organizado por Alberto Aggio, Luiz Sérgio Henriques e Giuseppe Vacca.



Populismo autoritário: mundo digital e ruptura

“Sopram ventos malignos no planeta azul”, assim o pensador espanhol Manuel Castells descreveu o turbilhão de crises que abraçaram o mundo contemporâneo no século 21. E uma das faces visíveis é a emergência de experiências de poder que são imprecisamente definidas com “populismo autoritário”.

Pela direita: Donald Trump nos EUA; Silvio Berlusconi, Matteo Salvini e Giorgia Meloni na Itália; Marine Le Pen na França; Viktor Orbán na Hungria; Vladimir Putin na Rússia; Benjamin Netanyahu em Israel; Erdogan na Turquia e Jair Bolsonaro no Brasil. Pela esquerda: Chavez e Maduro na Venezuela e Daniel Ortega na Nicarágua. Todos seriam líderes que chegaram ao poder pela via democrática e lá estando procuram desestabilizar as instituições, a Constituição e as regras do jogo, subvertendo a própria democracia.

Usam o amplo espaço de tolerância próprio à democracia para tentar instalar a cultura da intolerância. Aproveitam a liberdade de imprensa, opinião e manifestação para semear o mundo das “verdades alternativas”, das fake news, da manipulação das informações. Instrumentalizam as modernas ferramentas digitais, os algoritmos dos “engenheiros do caos”, para alimentar suas “bolhas ideológicas” de apoio. Estimulam a polarização insana, reduzem os espaços de diálogo e construção de consensos, estigmatizam adversários convertidos em inimigos a serem eliminados. Ou seja, usam as ferramentas da democracia contra a própria democracia.



E, obviamente, só viabilizam seus projetos por contarem com apoio social a partir de frustrações, ódios e ressentimentos acumulados em relação à democracia, à globalização, ao sistema político tradicional e à exclusão social de amplas parcelas da população.

As correntes de pensamento que movimentaram as lutas políticas no mundo moderno se organizam a partir de cinco vetores essenciais: i. valores morais e religiosos, ii. compromisso ou não com a liberdade e a democracia, iii. papel do Estado na sociedade e na economia, iv. busca da equidade social e v. papel das Nações no cenário mundial. Mas o grande divisor de águas é a questão democrática. Das correntes até aqui analisadas, conservadores, liberais, socialdemocratas e eurocomunistas têm compromisso com a democracia como valor universal e permanente. Os reacionários, o comunismo do socialismo real e o nazifascismo, não. Os “populistas autoritários” do século 21 também não.

As questões relativas aos valores morais, filosóficos e religiosos devem pertencer às órbitas individual, familiar e da sociedade civil, embora os “populistas autoritários” manipulem esta discussão na órbita política, a partir de uma ótica conservadora, contra os movimentos identitários, majoritariamente vinculados às esquerdas.

A relação entre Estado e mercado, o grau de intervenção governamental, a organização do sistema econômico, assumem formatos e formulações variados. Não há nenhuma experiência em todo o mundo que se assemelhe ao *laissez-faire* do liberalismo clássico. Há razoável convergência em torno da visão do Estado socialmente necessário com uma economia de mercado democraticamente regulada em consonância com as condições históricas concretas e características peculiares de cada país. Até a China, um Estado totalitário herdeira da tradição comunista, incorporou o mercado à sua lógica, no que chamam “Socialismo de mercado”, e outros chamam de “Capitalismo de Estado”.

Na busca de uma sociedade mais igualitária, a partir de uma maior equidade social, há divergências sobre o formato e a intensidade



das políticas públicas, mas não há quem defenda a manutenção das inaceitáveis e escandalosas desigualdades sociais que ainda imperam no mundo contemporâneo.

Na questão nacional há divergências de posturas, mas conservadores, liberais, socialdemocratas, socialistas modernos, convergem na percepção de que a globalização é uma tendência irreversível que cada país deve descobrir a melhor forma de inserção e lutar pela crescente institucionalização de uma governança global em questões como o meio ambiente e o clima, saúde pública - a pandemia realçou isto, desenvolvimento e emprego, comércio internacional e fluxos financeiros. Diferentemente, os “populistas autoritários” instrumentalizam os efeitos negativos da globalização, como o desemprego ou a imigração, com discursos nacionalistas xenófobos e antiglobalização. Ainda assim, os ingleses hoje sofrem as consequências econômicas e sociais do BREXIT, cuja a campanha foi liderada pelo populista conservador Boris Johnson. A primeira-ministra italiana de extrema direita não adotou postura de confrontação contra a União Europeia em sua chegada ao poder. E Putin está vendo despencar sua popularidade na Rússia, embora a comunicação social induzida pelo governo tente ludibriar a população, em função de seu nacionalismo imperialista encarnado na invasão à Ucrânia.

Os “populistas autoritários” não se confundem com o totalitarismo nazifascista, da primeira metade do século XX, embora Mussolini e Hitler tenham chegado ao poder pela via democrática e tenham corroído as instituições por dentro para preparar a virada ditatorial. Os tempos são outros. Há traços comuns, mas que não permitem uma terraplanagem conceitual. Têm em comum o discurso nacionalista xenófobo, o caráter antidemocrático e o apoio social em sua sustentação. Mas o nazifascismo tinha uma ideologia mais fechada e acabada, os “populistas autoritários” são mais pragmáticos. Como camaleões, se travestem de liberais na economia às vezes, em outras, posam de democratas liberais vociferando contra a “censura” às suas transgressões nas redes sociais, mas na essência buscam o poder para sufocar as liberdades democráticas e



impor seus projetos e objetivos. As condições históricas impedem aventuras imperialistas militares e limitam suas ambições, exceto a de Putin na Ucrânia. É evidente que as experiências “populistas autoritárias” de direita e de esquerda têm diferenças de narrativa e conteúdo. No entanto, ambas as vertentes perseguem objetivos totalitários e devem merecer a repulsa de todos os democratas.

A instigante questão que resta é: como em pleno século XXI, na sociedade do conhecimento, da globalização e da comunicação digital, líderes populistas visivelmente autoritários e reacionários conseguem angariar apoio eleitoral e ganhar eleições?

Mais uma vez o fenômeno não se explica pelo carisma, inteligência e astúcia política do líder isoladamente. É evidente que é necessário a existência de um líder com características suficientes para galvanizar o sentimento social numa dada conjuntura. Mas, a realidade é mais complexa. Os “populistas autoritários” só conseguem ascender ao poder porque no tecido social e econômico se acumularam frustrações e mudanças sociais e culturais, criado o caldo de cultura que os permitem florescer.

As raízes certamente se encontram nos traços estruturais do capitalismo pós-moderno e da sociedade contemporânea. A globalização provoca desemprego no curto prazo. A veloz e assustadora revolução científica e tecnológica - da era da internet, da robótica, da engenharia genética, da inteligência artificial - impacta de forma desigual os diversos segmentos da sociedade, produzindo exclusão e ressentimentos. A sociedade não é mais uma simples luta entre capitalistas e operários, com uma classe média pendulando ao meio. A flexibilização do mundo do trabalho e a multiplicidade de interesses produzem uma sociedade fragmentada e diversa.

Os partidos políticos, ferramentas institucionais centrais no funcionamento da democracia, perdem capacidade de vocalização. Os políticos são vistos como uma “nova aristocracia” descolada dos interesses da população, com lógica própria e intestina. Não é à toa que em geral os “populistas autoritários” são outsiders que mobilizam suas bolhas e eleitores contra “tudo que aí está”, “a velha



política” e “o sistema político tradicional”. As massas, relegadas à uma situação de baixo acesso a serviços públicos de qualidade, nos planos educacional, sanitário, cultural e de existência, enxergando um Estado hostil e não includente, não se reconhecendo na sociedade pós-moderna, são facilmente capturadas por líderes carismáticos, que explorando as frustrações e os ressentimentos acumulados, acenam com projetos salvacionistas e messiânicos, prometendo mudanças radicais. A situação se agrava diante do protagonismo crescente das redes sociais e plataformas digitais de comunicação, onde cada cidadão pode fazer o papel de “partido político individual”, expressar suas opiniões, criar laços e grupos de identidade e sofrer a ação manipulatória dos algoritmos.

Fora da democracia, creio, não há salvação. A democracia é, por sua natureza humana, imperfeita. Mas é o único regime político que carrega em si mecanismos de freios e contrapesos, de aprendizado e autocorreção e de permanência de instituições e regras estáveis para o funcionamento do jogo democrático. Qual é a capacidade de correção de rumos na China, na Coreia do Norte, na Rússia, na Venezuela ou na Nicarágua? Baixa, certamente. Mas o mundo gira e nenhuma transformação é impossível. As forças democráticas, de todos os matizes, têm se mostrado resilientes e com capacidade de resposta em países como os EUA, a França, a Espanha, a Alemanha, o Brasil, Portugal, entre tantos outros. Mas o fantasma do “populismo autoritário” paira mundo afora a ameaçar a democracia. Basta, por exemplo, citar o exemplo atual da França, onde o populismo de extrema-direita e de extrema-esquerda se unem e mobilizam a população contra a necessária e inevitável reforma da previdência do centrista Macron. “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. O que virá das próximas eleições americanas ou francesas? A luta pela democracia deve unir, em escala global, conservadores, liberais, socialdemocratas, progressistas, socialistas democráticos contra toda e qualquer forma de autoritarismo. Mas a luta só terá sucesso se as forças que defendem a democracia reatarem seus laços com a sociedade e conseguirem erguer respostas concretas para as angústias e sonhos dos cidadãos comuns.



Para quem quiser se aprofundar no estudo do fenômeno do “populismo autoritário” neste início do século XXI sugerimos a leitura dos livros **“Ruptura - a crise da democracia liberal”** de Manuel Castells, **“Como as democracias morrem”** de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, **“O Ódio à democracia”** de Jacque Rancière, **“Os Engenheiros do Caos”** de Giuliano Da Empoli e **“Journal of Democracy em português - volume 8, número 2, novembro de 2019”**, organizado por Bernardo Sorj e Sergio Fausto.



A grande convergência possível e necessária

Ao longo dos oito capítulos, visitamos o universo teórico e ideológico das principais correntes de pensamento que inspiraram projetos políticos e experiências de poder no mundo moderno.

Revisitamos criticamente de forma um tanto sumária e resumida as principais matrizes teóricas que dominaram o universo do pensamento humano e inspiraram a ação política desde o Século XVII: conservadorismo, liberalismo, comunismo, social-democracia, fascismo, socialismo democrático e populismo autoritário.

O mundo hoje é outro. Grandes transformações ocorreram. Fim da Guerra Fria, dissolução do bloco soviético, globalização econômica, radical e veloz revolução científica e tecnológica, emergência das plataformas digitais e das redes sociais, aparecimento de novos players globais como a China, crise da democracia liberal, mudanças radicais do mundo do trabalho, radicalização do fundamentalismo islâmico, desafio da imigração em massa de populações pobres sobretudo para a Europa e o consequente fortalecimento do nacionalismo xenófobo de extrema-direita, crise global em 2009 a partir do mercado financeiro americano, pandemia do CORONAVÍRUS, guerra da Ucrânia, integração cultural e social inédita em escala global.

As ideias clássicas de esquerda e direita há muito estão problematizadas. Mas creio que a partir da linha aberta pelo pensador social-liberal italiano Norberto Bobbio em seu “Direita e Esquerda - Razões e significado de uma disputa política”, de 1994, é possível ressignificar os conceitos e perceber que ainda fazem sentido no mundo contemporâneo.



Em nossos dias, no Brasil e no mundo, é possível detectar a existência de três grande polos mobilizadores, no pensamento e na ação política: a direita, o centro democrático e a esquerda.

Mas antes é preciso perguntar: quais são as questões decisivas que balizam a construção de divergências e convergências entre as correntes dos mais diversos matizes?

Primeiro, a questão democrática. Há amplos setores que defendem a democracia como valor universal, definitivo, inabalável e permanente. Nem todos aderem à esta convicção. Em segundo lugar, surge o desafio da sustentabilidade ambiental, que alguns apoiam, outros não. Em terceiro, o combate à miséria, à fome e a exclusão social que é central em algumas formulações, e relegada a segundo plano por outras. Afinal, num mundo globalizado, apenas capitais e mercadorias podem livremente circular e trabalhadores, não? Em quarto, a questão nacional, como conjugar identidade e interesses nacionais e a globalização do mundo? Vamos ressuscitar velhos nacionalismos retrógrados e cheios de xenofobia? As respostas variam da extrema-direita à extrema-esquerda. Surge como quinto parâmetro, o papel do Estado na economia e na sociedade. E por último, o desafio da organização social em torno da revolução tecnológica, que produz inovação, mas também desemprego estrutural e remete a polêmicas profundas de natureza moral, filosófica, econômica e política. Como erguer um modelo de desenvolvimento sustentável, justo, inovador, includente e que não agrida a essência humana?

A partir daí, colocadas as perguntas essenciais é possível avançar na discussão sobre as diferenças entre direito, esquerda e centro democrático no mundo contemporâneo. Os militantes da atual polarização insana e sectária não querem saber de perguntas, fundamentos, debate. Já têm meia dúzia de frases prontas e convicções ralas para estigmatizar seus “inimigos” e construir suas narrativas.

Grosso modo, ressalvadas as naturais peculiaridades históricas e nacionais, podemos enxergar a direita contemporânea nas



experiências de Trump nos EUA, Bolsonaro no Brasil, Erdogan na Turquia, Le Pen na França, Berlusconi, Salvini e Giorgia Meloni na Itália, Orbán na Hungria, Putin na Rússia, entre outros. O compromisso com a democracia é baixo ou inexistente, cabendo às instituições e à sociedade resistir. A preocupação com a proteção ao meio ambiente é mínima e só é presente na agenda graças aos acordos internacionais e ao clamor da sociedade global em defesa da sustentabilidade, do planeta e do clima. A preocupação com a equidade social é marginal a partir de um liberalismo extremado, mas, as preocupações eleitorais os empurram para alguma política social. Em relação à globalização, têm posição refratária, reacionária e de nacionalismo radical. Quanto ao papel do estado, contraditoriamente defendem governos fortes e autoritários, que organizem a partir de cima a economia e a sociedade, se possível transitando para experiências de poder totalitárias e ditatoriais. Quanto às novas tecnologias usam a esmo as modernas formas digitais de comunicação, mas têm postura negacionista em relação à ciência e ressalvas às suas conquistas.

Já no campo da esquerda, as especificidades diferenciadoras são maiores em seu próprio terreno. É difícil identificar numa mesma órbita teórica e política o Capitalismo de Estado da China, Maduro na Venezuela, a exótica experiência Coreia do Norte, Gabriel Boric no Chile, a corrente democrata de Bernie Sanders, Lula e o PT - que não assumem sua natureza socialdemocrata - no Brasil, Daniel Ortega na Nicarágua, o decadente sistema cubano, o PODEMOS espanhol, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista em Portugal, Jean-Luc Mélenchon na França, a Sinistra Italiana e o Die Linke na Alemanha.

São muitos matizes e diversas nuances. Alguns segmentos da esquerda mundial defendem radicalmente a democracia, mas há setores que ainda carregam os traços autoritários do marxismo-leninismo-maoísmo, inclusive exercendo o poder totalitariamente na China, na Coreia do Sul, no Vietnã, na Nicarágua, em Cuba e na Venezuela. A maior parte milita e defende firmemente a proteção ao meio ambiente, mas a China, por exemplo, é um dos polos mais



resistentes aos tratados internacionais sobre emissões de gases do efeito estufa. A busca de equidade social é um dos pontos centrais na matriz de pensamento da esquerda, sendo essa uma razão seminal de sua existência, independente da eficácia ou não de suas experiências no poder neste ponto. A questão nacional sempre foi central no pensamento marxista. A herança das teses sobre o imperialismo leva as esquerdas a se refugiar em um nacionalismo de esquerda refratário à globalização, embora a China concentre suas energias no movimento de sua integração às grandes cadeias produtivas globais. No tema do papel do Estado, tendem sempre a configuração de um Estado Máximo, a partir das desconfianças permanentes do caráter sinalizador dos mercados e derivam, em graus variados, em advogar forte intervenção estatal. Em relação à revolução científica-tecnológica tendem a ter papel positivo de estímulo da inovação, mas um natural pé atrás com suas consequências no emprego e nas populações mais pobres.

Resta o centro democrático. Este campo difuso é de onde pode nascer a grande convergência possível e necessária, reunindo social-liberais, democratas, católicos e evangélicos conscientes e não fundamentalistas, socialdemocratas, socialistas democráticos, um campo que percorre o espectro político e ideológico da centro-direita à centro-esquerda.

Esse campo pode convergir na defesa radical da democracia como valor universal e permanente, sem ambiguidades, como regime que assegura freios e contrapesos, experimentação, aprendizado e autocorreção de rumos, equilíbrio entre os poderes e a garantia dos direitos fundamentais das pessoas e das minorias; na defesa de um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, com a preservação do meio ambiente e proteção do clima; no combate frontal às desigualdades sociais a partir de fortes e eficientes políticas públicas sociais, sobretudo no campo da educação e da saúde, e de programas de transferência de renda; na defesa do Estado socialmente necessário e democraticamente regulado; da integração negociada ao mundo globalizado; e no estímulo e regulação democrática das inovações tecnológicas.



A experiência alemã da coalizão semáforo - vermelho, da social-democracia, verde do PV e amarela dos liberais - aponta um caminho. Também Emmanuel Macron, na França, tem se esforçado para consolidar um projeto modernizador, acossado à direita por Le Pen e à esquerda por Mélenchon. O Partido Socialista Português desfez a famosa “geringonça portuguesa” nas eleições de 2022, interrompendo a aliança com o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, por divergências em torno da questão orçamentária e fiscal, e agora governa com maioria absoluta. Os esforços do PD italiano também convergem nesta direção enfrentando a extrema-direita e a extrema-esquerda italianas. Os democratas americanos, em seu sistema bipartidário, continuam resistindo às investidas do populismo autoritário de Donald Trump e são sempre uma referência para este tipo de aposta. Em países como Brasil e Reino Unido, o centro democrático já teve grande expressão, mas vem se esvaziando em anos recentes.

O mundo apresenta desafios complexos e novos. Cremos, que nem a direita nem a esquerda tradicionais possuem hoje respostas adequadas para enfrentarmos a agenda do Século XXI. A grande convergência em torno de um polo democrático e progressista ao centro do sistema político é que tem, a nosso juízo, a melhor condição para gerar respostas. O cenário contemporâneo é tão disruptivo e em veloz transformação permanente que não há teoria pronta e acabada para gerar as respostas. É no exercício da democracia - esse valor universal e imprescindível - que poderemos com espírito aberto, longe de sectarismos rasos e de bolhas fundamentalistas, encontrar essas respostas.